

**DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL  
DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL  
GEOGRAFIA**

## INTRODUÇÃO

A realidade nesse início de século tem se transformado numa velocidade nunca antes experimentada. A rapidez das mudanças imprime uma dinâmica igualmente veloz, a ponto de alguns autores utilizarem a expressão “hiper-real” para designar o mundo hoje (SANTOS, 2000, p.18). Na medida em que “a rapidez, a profundidade e a imprevisibilidade de algumas transformações recentes conferem ao tempo presente uma característica nova, a realidade parece ter tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria” e, como bem mostra Santos (2000), vivemos um momento de indefinição entre o real e o que imaginamos dele.

Nada mais desafiador do que propor Diretrizes Curriculares em época de incertezas, sobretudo no âmbito do ensino da Geografia, disciplina que tem por definição a análise da organização/produção do espaço. Não é uma tarefa simples, porém trata-se de um trabalho necessário.

Em face a essas transformações, faz-se necessário refletir a respeito das suas implicações no ensino de Geografia não só em relação aos métodos de abordagens utilizados, como também acerca da relevância educativa dos conteúdos e temas a serem trabalhados. Além disso, ressalta-se o atual cenário político educacional no Estado do Paraná, onde se busca valorizar a escola pública e gratuita com a oferta de um ensino de qualidade para todos.

Diante desta realidade, a SEED desencadeou, a partir de 2003, o processo de construção das Diretrizes Curriculares<sup>1</sup> para a rede pública estadual. De acordo com Arco-Verde (2004, p.5), o processo de reformulação curricular teve como orientação a construção coletiva por parte de todos os profissionais da educação, a ênfase nos conteúdos científicos e nos saberes escolares das disciplinas que compõem a matriz curricular.

---

<sup>1</sup> Diretrizes aqui entendidas como “norteadoras da ação” e não como seu aprisionamento.

O início das discussões para a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de Geografia ocorreu com o I Seminário Estadual, em Faxinal do Céu, entre 3 e 6 de maio de 2004, reunindo cerca de cento e setenta professores de Geografia, representando os 32 Núcleos Regionais de Educação do Paraná – NREs, que passaram a compor o Grupo Permanente de Trabalho – GP.<sup>2</sup>

Na seqüência dos trabalhos ocorreram reuniões técnicas nos 32 Núcleos Regionais de Educação, que reuniu os integrantes dos Grupos Permanentes de Estudo de Geografia (entre 26 e 30 de julho), objetivando a preparação do I Encontro Descentralizado. Tal encontro realizou-se no período de 9 a 13 de agosto, nos 399 municípios do Estado, possibilitando a participação da totalidade dos professores de Geografia da rede pública estadual e representantes das redes municipais.

Para este encontro foi proposta, como forma de trabalho, a análise de textos que já haviam sido trabalhados pelo GP em Faxinal do Céu, seguidos de um roteiro com questões.

Os resultados das discussões dos professores nos municípios foram sistematizados em cada NRE e encaminhados para o Departamento de Ensino Fundamental – SEED/DEF, onde os técnicos pedagógicos de Geografia e as assessoras procederam a análise dos resultados, durante reunião técnica centralizada, ocorrida entre 10 e 13 de setembro. Na seqüência dos trabalhos e com base nos resultados obtidos, foi organizado o II Seminário Estadual, ocorrido em Faxinal do Céu, entre os dias 20 e 23 de setembro.

O II Seminário contou com a participação de cerca de 130 professores, a grande maioria inserida no processo desde o início, ou seja, a partir do I Seminário em Faxinal do Céu. Com encaminhamento, tal qual após o primeiro Seminário, ocorreram reuniões técnicas regionais e o II Encontro Descentralizado.

No início do ano de 2005, a versão preliminar chegou às escolas, para que os professores pudessem ler, discutir e sugerir alterações para o texto final de Geografia. Para dar continuidade ao processo de implementação, e também como

---

<sup>2</sup> Grupo Permanente de Trabalho: conjunto representativo do coletivo dos professores de Geografia da rede pública estadual e professores convidados das redes municipais.

forma de capacitação, a SEED propôs as seguintes modalidades de formação continuada: grupos de estudos, semana de estudos pedagógicos descentralizados, simpósio e semana pedagógica.

Com o resultado das discussões coletivas, os técnicos pedagógicos de Geografia - DEF<sup>3</sup> e assessoras<sup>4</sup> sistematizaram as discussões e reorganizaram o presente texto, o qual pretende espelhar todo o processo de construção da Diretriz de Geografia para o Ensino Fundamental da rede pública estadual.

Assim sendo, o presente texto é resultado de todo este movimento de discussão e construção coletiva, que pretende assegurar que as partes envolvidas possam se reconhecer neste documento que expressa as orientações comuns para o ensino de Geografia na rede pública estadual.

## 1 CONCEPÇÃO DA ÁREA DE GEOGRAFIA

O ensino da Geografia na escola exige, para que seja eficaz, clareza nos seus pressupostos atenção à ciência, ao conteúdo, e à sua dimensão pedagógica para contribuir na construção de uma identidade da educação geográfica.

Passados mais de vinte e cinco anos de um intenso e profundo movimento de renovação da Geografia brasileira (décadas de 1970 e 1980), marcados sobretudo pela introdução do materialismo histórico e da dialética como pilares teórico-metodológicos, chegamos ao início do século XXI com a aceitação de várias vertentes que até então estavam à margem das discussões em torno da ciência Geográfica. Tais discussões pautam-se freqüentemente em abordagens de cunho fenomenológico, hermenêutico, existencialista, e também numa perspectiva da Geografia Cultural e da Geografia Socioambiental. Cabe ressaltar que a Geografia Cultural e a Geografia Socioambiental. Cabe ressaltar que a

---

<sup>3</sup> A Professora Mestre Maria Alice Collere e a Professora Especialista Wanusa Helena Ferreira (2004); o Professor Deuseles de Oliveira, a Professora Mestre Liriane Nunes Rios e a Professora Especialista Wanusa Helena Ferreira (2005).

<sup>4</sup> A Professora Doutora Olga L. C. de Freitas Firkowski (que participou de todo o processo) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Professora Doutora Chisato Oka Fiori. (esteve presente na versão preliminar) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Professora Doutora Helena Copetti Callai ( que participou da elaboração do texto final da Diretriz) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI).

Geografia Cultural e Geografia Socioambiental buscam amenizar uma postura mais "radical" e possibilitam diferentes formas interpretativas para a Geografia.

Na escola brasileira, a Geografia também passa por várias modificações decorrentes do próprio processo de formação dos professores, do acesso aos livros didáticos então produzidos, dos documentos oficiais em nível federal, estadual e municipal e dos contextos escolares. A Geografia em sua forma de descrição e enumeração *mnemônica* e com exigência da memorização foi a mais presente em toda a sua história e neste momento ainda observam-se resquícios dessa prática. Subsistem ao mesmo tempo formas diferenciadas de ensino, decorrentes da opção teórico-metodológica, das dificuldades de superação das formas tradicionais, ou por exigências externas ao professor. Exemplo disso é que a Geografia Crítica não conseguiu entrar efetivamente na escola, e em virtude de propostas não compreendidas subestimou-se em determinados momentos o conteúdo, valorizando sobremaneira a forma (metodologia). De qualquer maneira, a construção de currículos sempre se coloca por meio de contradições. Se de um lado é um ato democrático de outro é, muitas vezes, percebido como impositivo. Tratando do Currículo Básico do Paraná<sup>5</sup>, segundo os professores de Geografia da rede pública estadual, consultados nos encontros descentralizados (2004), também não há clareza sobre o mesmo e em certos casos parece haver total desconhecimento de sua existência.

Como destaca Moraes (1998, p.163), o principal problema dos currículos gerados a partir do processo de redemocratização do país, dentre os quais o do Estado do Paraná, "reside num desejo militante de fazer do próprio currículo instrumento de conscientização política, o que redundava num elevado grau de dirigismo ideológico". Para além da pertinência e coerência do Currículo Básico do Estado do Paraná, talvez uma das maiores críticas que se possa fazer seja aquela relativa ao encaminhamento de sua elaboração. Sabendo-se do distanciamento entre a realidade acadêmica e a escolar, a alteração curricular não foi recebida com entusiasmo pelos professores, seja em razão de alterar conteúdos

---

<sup>5</sup> Currículo Básico – Foi disponibilizado na rede pública estadual do Paraná em 1990 em sua 1ª edição, seguido de outras. Muitos professores que ingressaram no magistério após esse período não têm esse documento como referência.

cristalizados, seja em função da falta de uma política de formação continuada para os professores com vistas à sua implementação.

Do ponto de vista da ação dos professores, as várias abordagens presentes hoje na ciência geográfica se expressam timidamente na escola. A diversidade de concepções teóricas expõem a complexidade de se transpor os conteúdos da Geografia acadêmica para a Geografia escolar, apesar de suas especificidades e propósitos estarem intrinsecamente relacionados. Portanto, uma reflexão profunda sobre a Geografia escolar não pode se distanciar das discussões teórico-metodológicas da Geografia acadêmica e vice-versa. Essa relação foi abordada durante o processo de construção das Diretrizes Curriculares de Geografia, quando da seleção e discussão de textos acadêmicos relacionados à prática do professor, que serviram de base para a construção de tal documento, e cujo objetivo é subsidiar o seu trabalho pedagógico.

A importância de analisar a realidade através da educação geográfica não é particular à Geografia brasileira, sendo também enfatizada pela Comunidade Geográfica Internacional. Assim, a Declaração Internacional sobre Educação Geográfica, firmada pela Comissão de Educação Geográfica da UGI <sup>6</sup>, em 1992, em Washington, e ratificada em 2000, na reunião realizada em Seul, na Coreia do Sul, afirma que:

... a Geografia como campo de estudos é essencial para a compreensão de nosso lugar no mundo e de como as pessoas interagem com as demais em seus entornos; a investigação e educação geográficas promovem e ampliam a compreensão cultural, a interação, a igualdade e a justiça em escala local, regional e global; todos os estudantes têm direito à oportunidade de desenvolver seus valores sociais, culturais e ambientais através da educação geográfica que promoverá seu desenvolvimento como pessoas geograficamente informadas; ... os geógrafos profissionais e educadores geográficos ... [devem] promover a educação geográfica global para fazer frente aos futuros desafios do desenvolvimento e o entorno natural.

---

<sup>6</sup> UGI - União Geográfica Internacional, criada em Bruxelas, no ano de 1922, atualmente tem entre outros objetivos: promover o estudo dos problemas geográficos; iniciar e coordenar investigações geográficas que requerem a cooperação internacional promovendo sua discussão científica e sua publicação e, promover internacionalmente a padronização ou a compatibilidade de métodos, nomenclaturas e simbologias empregadas na Geografia.

Nessa perspectiva, ressalta-se o significado da educação geográfica na formação de um indivíduo crítico para o exercício da vida cidadã.

A Geografia como ciência possibilita, com seu arcabouço teórico-metodológico, compreender o espaço construído pelos homens, situado num tempo e espaço localizados concretamente. Oferece ainda, subsídios para a observação, descrição e análise da dimensão espacial da vida humana, visível pela paisagem, e encaminha a “ver por detrás” da mesma, considerando a dimensão histórica da materialização dos processos sociais que a formaram.

Portanto, a concepção que se pretende hoje da Geografia, considerando o que foi exposto, é fornecer subsídios que permitam ao aluno compreender a realidade que o cerca em sua dimensão espacial, tanto física quanto humana, e no contexto de suas transformações, velocidade e complexidade, posto ser esta a contribuição específica da Geografia em qualquer instância, seja relacionada à pesquisa, ao ensino e à própria vida.

## 2 PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

Entende-se por pressupostos da educação geográfica os referenciais que estruturam a ciência e que possibilitam ao professor ter clareza do seu objeto de estudo. Assim, o professor constrói-se como docente contemplando duas perspectivas que são fundamentais para o exercício de sua profissão, sem considerar o grau de importância hierárquica. É a dimensão técnica que requer a fundamentação teórica, o domínio de habilidades próprias e a clareza dos conceitos que se apresentam como específicos do geógrafo. E é a dimensão pedagógica a base da argumentação, traduzida na relação dialógica que considera o melhor saber aquele saber que sabe superar-se. Permeia tudo isso a velocidade da informação que no mundo atual se intensifica constantemente e está acessível de forma democratizada. O desafio é organizar esta informação contextualizando e (re)significando a aprendizagem.

O exposto em relação à educação geográfica e a compreensão do espaço geográfico parte da compreensão de espaço como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não

considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p. 51).

O ensino da Geografia, proposto a partir da concepção da área nesta diretriz, está balizado nos seguintes pressupostos:

a) O espaço geográfico deve ser compreendido enquanto **produto social**, portanto:

- **num tempo específico**: há que se ter clareza do momento histórico que se está analisando e suas especificidades;
- **numa sociedade específica**: há que se considerar as características e a diversidade social, cultural, étnica da sociedade em questão;
- **num lugar específico**: há que se considerar o espaço como palco/sustentáculo onde, através das inter-relações, se concretizam os resultados e se constituem as motivações para a produção e reprodução da vida.

b) O espaço geográfico deve ser compreendido como **resultado da integração** entre dinâmica físico/natural (relevo, clima, hidrografia, solos, vegetação, geologia, ecossistema, biodiversidade, etc.) e dinâmica humana/social (urbanização e cidades; globalização e geopolítica; socioeconomia: indústria, agricultura, serviços e comércio; território, territorialidade; tempo, temporalidade; cultura; população: densidades, demografia, movimentos sociais, dentre outros).

É importante destacar que nenhum conteúdo de Geografia física tem sentido por si só, mas apenas se houver integração entre sua ocorrência e a dinâmica humana/social e vice-versa. Portanto, para fazer uma análise geográfica que considera a complexidade do mundo, não é possível trabalhar os conteúdos da dinâmica físico/natural isoladamente, mecanicamente, pois os mesmos são vistos como parte constituinte do espaço produzido pela sociedade (análises que priorizam a integração das dinâmicas: espaço como totalidade; questão ambiental; socioambiente).

c) O espaço geográfico não é exterior à sociedade, ele é **produzido no ato da vida cotidiana**, e com influência das instituições hegemônicas (multinacionais, grandes grupos econômicos etc.). O aluno, desse modo, como parte da sociedade

pode ser um agente produtor/transformador do espaço, que numa relação dialógica tem postas limitações e/ou condições para a sua vida.

d) O espaço geográfico só pode ser entendido em sua **totalidade**, sendo que as fragmentações devem ser apenas procedimentos didáticos para decompor o espaço e recompô-lo posteriormente, sobretudo para facilitar a compreensão do aluno (decomposição escalar, por exemplo). Explicitado no item a seguir.

e) O espaço geográfico pode ser apreendido em **diferentes níveis de escalas de análise**, sendo as principais:

- **a do cotidiano ou local:** onde se inserem as mais elementares discussões sobre cidade, campo, escola e bairro, os quais são a base da compreensão espacial para os alunos dos anos iniciais. Tais noções serão de extrema importância para a construção e o aprofundamento de conceitos geográficos mais complexos para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental;
- **a regional:** no conjunto da qual uma série de subespaços podem ser identificados em face de suas diversas características, que podem ser tanto de domínios naturais como de aspectos econômicos, culturais, políticos, entre outros. Os subespaços nacionais são considerados na análise, seja a partir das grandes regiões propostas pelo IBGE (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), seja através das possibilidades de regionalizações alternativas, como a proposta por Santos (2001), que fala na existência de quatro Brasis, respectivamente: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Região Concentrada (Sudeste e Sul). Deve-se levar em consideração também os acordos internacionais que perpassam os estados, as fronteiras e que refletem identidades e interesses das populações envolvidas, por exemplo o Mercosul;
- **a nacional ou do país:** o Estado-nação tem papel decisivo na dinâmica social, para além das discussões sobre o seu suposto desaparecimento no momento histórico atual, com o fortalecimento da globalização. Aqui se cria uma relação tensionada pelo jogo de interesses entre as regras da globalização e os interesses nacionais, ora um lado vence - ora outro, por subordinação ao mercado numa relação que é sempre desigual;
- **a mundial ou global:** como uma “força” que se expressa por meio das relações econômicas que se sobrepõem a todo tipo de fronteira, estabelecendo



regulamentações externas que interferem na organização econômica dos países, com vistas também a homogeneização dos padrões de consumo.

### 3 O VALOR EDUCATIVO DA GEOGRAFIA

Não se pode iniciar uma discussão acerca do valor educativo da Geografia, sem que se explicita, de início, que o seu ensino tem por tradição a tarefa de estabelecer a relação entre certos campos de conhecimento das ciências naturais (geologia, cartografia, astronomia, dentre outras) e das ciências sociais (sociologia, antropologia, demografia, dentre outras), sobretudo aqueles saberes que não foram transformados em disciplina escolar.

Inúmeros autores têm se dedicado a pensar o significado da Geografia no ensino, em todos os níveis. Para alguns, o conteúdo da Geografia é o mundo, o espaço e sua dinâmica contínua, onde as mudanças ganham cada vez mais velocidade. Nesse contexto, é preciso dar condições aos alunos de pensar e agir, buscando elementos que permitam compreender e explicar o mundo em permanente reinvenção (CALLAI, 2001, p.131); para outros, cabe à Geografia a função de preparar o aluno para uma leitura da produção social do espaço, repleto de contradições, ou o desvendamento da realidade, negando a “naturalidade” dos fenômenos que imprimem uma certa passividade aos indivíduos, (CASSETI, 2002, p. 145-162).

Pontuschka (1998, p.63) resgata a importância ímpar da Geografia na formação intelectual e ética dos jovens, na construção da sua cidadania e na consciência de sua dignidade humana.

Ao analisar as contribuições dos professores de Geografia da rede pública estadual referentes à importância dessa disciplina na vida dos alunos, percebe-se que não diferem das colocações dos principais pesquisadores da área de Geografia. Dessa forma, para os professores:

"...a Geografia, assim como as demais áreas do conhecimento deve primar por formar uma pessoa com desenvoltura nas tomadas de decisões e o despertar para

a percepção condizente com a condição humana reconhecendo-se como agente produtor e reproduzidor do espaço geográfico”<sup>7</sup>.

“...o grande desafio da Geografia consiste em integrar teoria e prática, ou seja, a preocupação da maioria dos professores de Geografia tem sido formar cidadãos conscientes e críticos de seu papel na construção do espaço geográfico”.

Diante dessas contribuições, pode-se argumentar que, para o aluno do Ensino Fundamental, o relevante é o desenvolvimento de um raciocínio espacial que o auxilie na compreensão do mundo por meio da análise geográfica. Segundo Moraes (1998, p. 166), “formar o indivíduo crítico implica estimular o aluno questionador, dando-lhe não uma explicação pronta do mundo, mas elementos para o próprio questionamento das várias explicações. Formar o cidadão democrático implica investir na sedimentação do aluno no que diz respeito à diferença, considerando a pluralidade de visões como um valor em si”.

Nesse contexto, a Geografia reafirma a sua inserção no Ensino Fundamental, como uma disciplina que tem por objetivo analisar e interpretar o espaço geográfico, onde o homem através das suas relações com o meio em que vive, produz e reproduz esse espaço. Assim, cabe à escola, como um dos lugares onde se produz conhecimentos, subsidiar os alunos no enriquecimento e sistematização dos saberes para que sejam sujeitos capazes de interpretar o mundo que os cerca.

A contribuição da Geografia parece clara para os professores da rede pública estadual de ensino do Paraná, pois quando indagados sobre a contribuição desta disciplina no Ensino Fundamental, afirmaram que a mesma deve:

“proporcionar ao aluno a compreensão do mundo em que vive; das relações entre natureza/homem/trabalho; da sociedade, tornando-o crítico e parte integrante/participante como agente de transformação”.

“contribuir para a formação integral do aluno, conduzindo a reflexão, a leitura de mundo e suas transformações sociais, políticas e econômicas”.

---

<sup>7</sup> Ao citarmos as “falas” dos professores, extraídas dos relatórios dos Núcleos Regionais de Educação, optamos por não indicar o município ou NRE de procedência desses professores, por questões éticas.

“permitir o entendimento do espaço geográfico enquanto totalidade-mundo, uma vez que no atual período de globalização as escalas não se apresentam dispostas linear e independentes”.

“oportunizar ao educando a possibilidade de situar-se na dinâmica das transformações contemporâneas, fazendo com que atue crítica e construtivamente no contexto local como parte integrante do global”.

“proporcionar ao aluno a apropriação do conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social”.

“contribuir para que o aluno se oriente e se localize no tempo e no espaço”.

“contribuir para o entendimento das inter-relações entre homem/natureza e homem/sociedade, esclarecendo a importância destas para que o aluno entenda o espaço de vivência e as contradições do mundo atual, destacando as atitudes que este deve tomar, tanto crítica, como ambiental, para que este mundo seja melhor”.

Nota-se, de forma inequívoca, a compreensão de que “a razão de ser” da Geografia ou seu “valor educativo”, relaciona-se ao disposto no artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96, segundo o qual, são objetivos do Ensino Fundamental:

- I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - Compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Em consonância com o que foi afirmado anteriormente sobre a educação geográfica, pode-se acrescentar ainda que o valor educativo dessa disciplina origina-se no fato de que todos os acontecimentos do mundo têm uma dimensão espacial, visto que o espaço é a materialização dos tempos da vida social, portanto, há que se empreender uma educação geográfica, cujos aspectos fundamentais são:

- **ter noções espaciais**, ou seja, alfabetização espacial, onde serão apreendidos os conceitos básicos de localização, organização, representação

e compreensão da estrutura do espaço construído dinamicamente pela natureza e pela sociedade;

- **ler e interpretar criticamente o espaço**, levando em consideração o meio que o educando vive;
- **perceber as diversidades das temáticas geográficas**, que ocorrem no mundo globalizado, a exemplo de temas como: migrações legais e ilegais, desmatamento, corrupção, política, (des)territorialização, turismo, crime organizado, entre outros.

Tais domínios contribuem para empreender uma educação voltada para um mundo heterogêneo, diverso e complexo, resultado direto da mobilidade e da velocidade dos deslocamentos de indivíduos, instituições e informações. A solidariedade, a ética e o respeito à diversidade (de todos os tipos) são condições para transversalizar todos os conteúdos, considerando inclusive o sentimento dos vários grupos. A problematização dessas questões permitirá que a discussão e os diversos posicionamentos ampliem o conhecimento e produzam atitudes que possibilite a todos ter autonomia e visão crítica para a vida individual e coletiva.

Sendo assim, a mobilidade é um conceito-chave no mundo atual, pois permite o contato com realidades diversas e, por vezes, contraditórias. No âmbito da Geografia, esta mobilidade pode ser explorada através dos estudos das redes geográficas, as quais podem ser econômicas, tecnológicas, sociais, educacionais, políticas, culturais e biológicas.

Desse modo, pode-se concluir que os conteúdos específicos da Geografia, no Ensino Fundamental, transitam entre duas possibilidades, que são necessariamente complementares e não excludentes: **a escalar**, que prioriza os lugares com seus distintos limites e fronteiras; **a temática**, que se relaciona a temas do mundo atual. Estes temas apresentados como problematizadores e/ou eixos não existem fora do espaço; e os lugares sempre têm um conteúdo, o que significa a necessidade de considerá-los sempre interligados e contextualizados nos seus tempos e espaços, opção feita neste documento de Diretriz.

Quando a Geografia transita numa perspectiva escalar, ou seja, quando são abordados temas como por exemplo, os continentes, não são vistos apenas sua

localização no espaço, mas sim a formação do seu relevo, hidrografia, vegetação, população, economia etc. E o mesmo acontece quando são estudados, por exemplo, a degradação ambiental na Amazônia, ou seja, quando se trabalha a Geografia numa perspectiva temática vários aspectos são levados em consideração, como a influência do homem, a questão climática e até mesmo a questão política. É nesse sentido que os conteúdos de Geografia fazem esta transição entre as possibilidades 'escalar e temática'. Este é o desafio que ora se coloca aos professores no ensino da Geografia ao longo do Ensino Fundamental.

O valor educativo da educação geográfica nas séries iniciais pode ser identificado em princípio pelo simples fato de que todos nós ocupamos um determinado lugar-espaço. Neste espaço cada um tem seus limites e as características que são suas marcas específicas. Movimentar-se nele, passa a ser o desafio para o aluno e, para tanto, ele precisa conhecer, identificar os objetos e as relações entre os mesmos. É importante, também, a representação de tudo isso. A leitura do espaço passa a ser condição para que o aluno consiga fazer a leitura do mundo, desenvolvendo habilidades de observação, descrição, análise, interpretação e da representação dos lugares e das paisagens.

Se nos anos iniciais o objetivo principal é a alfabetização, a contribuição da Geografia é exatamente oferecer ao aluno a possibilidade de ler e escrever o mundo da vida. A educação geográfica, desde os anos iniciais, introduz sua linguagem e conceitos específicos. Para Castrogiovanni (2003, p.15) "A construção da noção de espaço requer longa preparação e está associada à liberação progressiva e gradual do egocentrismo".

A construção da noção de espaço pelas crianças vai do espaço da ação/espaço vivido, passando pela construção do espaço representativo, e chegando às relações espaciais topológicas, isto é, as relações de ordem, vizinhança, separação, sucessão, envolvimento e continuidade; projetivas que são direita e esquerda, frente e atrás, em cima e embaixo e ao lado; e euclidianas, que tem como base a noção de distância.

Para fazer a leitura do espaço, cabe ao professor desenvolver atividades do cotidiano dos alunos, brincando na caixa de areia, de casinha, fazendo jogos, escrevendo no caderno, passeando/andando pelos espaços da escola e nas suas

vizinhanças. Fazer, observar o que está sendo feito, e o resultado (espaço construído), descrever os lugares, definindo os limites/fronteiras, as distâncias, a orientação. Saber analisar isso tudo, interpretando a realidade e fazendo a representação destes espaços. Já nesse momento é possível trabalhar com os alunos dos anos iniciais considerando a escala de análise, que permite constatar a complexidade do mundo e que os lugares não adquirem importância pela sua contigüidade espacial, mas pelo significado das relações.

Essas relações trazidas para o contexto da educação Geográfica nos anos iniciais, servirão como base para o entendimento de conceitos geográficos mais complexos.

Nos **anos finais** do Ensino Fundamental, há preocupação quanto à compreensão dos alunos, na apropriação de conceitos geográficos (lugar, território, paisagem, região, redes, sociedade, natureza, espaço/tempo) que serão desenvolvidos a partir desse período. Nesse sentido, Rua et al.(1993, p.04-05) propõe, no que diz respeito à construção do raciocínio geográfico e o desenvolvimento da consciência crítica:

- 1- A construção de conceitos como pré-requisitos para a compreensão dos elementos que caracterizam a organização espacial e que sejam fundamentais para a formação de um raciocínio geográfico articulado, cumulativo e crítico.
- 2- A valorização do espaço vivido pelo aluno, seja para a identificação de elementos necessários à construção de conceitos, seja como base de compreensão crítica da organização espacial.

Compreender a organização do espaço, pressupõe um certo "olhar geográfico" a partir do qual serão analisadas as marcas inscritas nele, visíveis ou não. Cabe ao professor fazer a ponte entre aquilo que o aluno vê e aquilo que ele sente. "Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc (...). A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão". (SANTOS, 1988, p. 61-62). Muitos elementos que fazem parte dessa organização espacial vão ser melhor entendidos pelo aluno, quanto maior for o aprofundamento do trabalho diário proposto pelo professor.

Diante do exposto e do vasto leque de opções temáticas, conceituais e teórico-metodológicas no âmbito da Geografia, o professor não pode ter uma postura apenas receptiva e reprodutiva. Há que se imprimir uma visão investigativa de pesquisa - não somente de sua parte, mas em conjunto com os alunos - tendo em vista sua função enquanto agente transformador do ensino e da escola e, em decorrência disso, da própria sociedade.

Tendo como referência os pressupostos elencados neste documento, centrando nos conceitos básicos da Geografia e considerando todos os demais, deles decorrentes, propõe-se o desenvolvimento dos conteúdos geográficos das séries finais do Ensino Fundamental. Na articulação das dimensões escalar e temática, a proposição é que se considere o cotidiano dos alunos e a sua inserção no mundo, e de outro lado, os grandes temas atuais que originam transformações no espaço, algumas lentas e outras bruscas e violentas.

A transição na escala social de análise permite que se tenha como ponto de partida um fenômeno localizado regionalmente, a nível nacional, ou mesmo local e se verifique o significado nesse lugar particularizado, assim como nos demais.

Assim, pode-se partir de um problema local do cotidiano do aluno e verificar como ele ocorre nos demais níveis de análise. Ou pode-se partir de um fenômeno, situado num lugar distante e trazer para próximo, a fim de entender como ele ocorre no lugar, como exemplo pode-se citar o narcotráfico, a indústria, os grandes aglomerados urbanos, os processos migratórios, a produção de alimentos e a fome, a produção de energia, entre outros.

#### 4 A PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Considerando a concepção de área e o valor educativo da Geografia, exige-se o exercício de uma prática pedagógica na qual é importante o papel do professor, da escola, do aluno e do contexto em que se inserem.

Segundo Gómez (2001, p.11) “A escola e o sistema educativo em seu conjunto podem ser entendidos como uma instância de mediação entre os significados, os sentimentos e as condutas da comunidade social e o desenvolvimento particular das novas gerações.”

Para muitos alunos, a escola é o único meio de contato com um mundo de conhecimento sistematizado, portanto, há que se levar em conta esse ambiente, que por muitas vezes não parece atraente para os alunos. Como salienta Moreira (2003, p.01), a escola deve procurar "... tornar-se um espaço de criação e de crítica cultural".

Para que isso ocorra, é preciso fornecer ao aluno condições de acesso à cultura, vista aqui como um conjunto de práticas sociais criadas ao longo dos anos, num tempo específico, por uma dada sociedade, possibilitando a prática e o exercício da sua cidadania. Dessa forma é necessário que "...a escola se abra para os diferentes artefatos culturais que circundam o(a) aluno(a) ."(ibid. p.03 ).

Nessa perspectiva, a Geografia exerce um papel fundamental no tocante ao espaço físico no qual a escola está situada. Valorizar esse espaço significa valorizar a comunidade e dar voz aos sujeitos locais, compreender a história e considerar o espaço como o resultado da vida da comunidade que, muitas vezes, se vê à margem de ações institucionais (governamentais e/ou da sociedade civil). Torna-se fundamental, então, partir do local, fazer as inter-relações com outras escalas de análise, como a regional, a nacional e a global, pois não é apenas do lugar que dependem as características que influenciam a vida na escola. "Os lugares particulares se interligam entre si de forma seletiva e de acordo com os interesses locais, nacionais e/ou mundiais. O espaço concretiza todas essas relações e torna-se fundamental estudar o particular, o local" (CALLAI, 2003, p. 131).

Diante disso, a pesquisa se coloca como base para o estudo na educação geográfica considerando que o mundo está em constante e cada vez mais acelerada transformação. O desafio é colocar essas informações num contexto de um quadro de análise com referenciais teóricos que permitam organizar o conhecimento. No entanto, não se pode deixar de considerar a velocidade das transformações com a lentidão da estrutura de ensino, seja do ponto de vista material (aqui entendida como: o material didático insuficiente para o número de alunos, alguns ultrapassados, no caso da Geografia, são os mapas, globos, planetários, revistas, jornais etc), seja do ponto de vista dos recursos humanos



(formação inicial e continuada). Nesse contexto, é necessário que se tenha em mente a importância dos conceitos de Espaço e Tempo.

Apesar das limitações citadas, **a escola** torna-se um dos lugares privilegiados para a produção do conhecimento na formação das novas gerações. O mundo fora da escola está repleto de informações e conhecimentos, os quais deverão ser trazidos para o ambiente escolar, para que possam ser discutidos, analisados e refletidos.

A dicotomia entre esses dois mundos é ressaltada na afirmação de Castrogiovanni (2003, p.13) para quem:

Existe ainda pouca aproximação da escola com a vida, com o cotidiano dos alunos. A escola não se manifesta atraente frente ao mundo contemporâneo, pois não dá conta de explicar e textualizar as novas leituras de vida. A vida fora da escola é cheia de mistérios, emoções, desejos e fantasias, como tendem a ser as ciências. A escola parece ser homogênea, transparente e sem brilho no que se refere a tais características. É urgente teorizar a vida, para que o aluno possa compreendê-la e representá-la melhor e, portanto, viver em busca de seus interesses.

Diante desse contexto do mundo atual, considerando: a concepção de Geografia adotada, o valor educativo e os pressupostos para uma educação geográfica, cabe ao professor a prerrogativa de estabelecer as linhas do processo do ensino e da aprendizagem, uma vez que ele possui a dimensão técnica e pedagógica do seu fazer profissional. Portanto, uma metodologia pautada apenas na transmissão ou repasse de conteúdos, não é suficiente para dar conta de trabalhar a educação geográfica, assim como os demais componentes curriculares.

É por meio da pesquisa que o professor, juntamente com os seus alunos, poderá problematizar a realidade a partir da análise do espaço construído, pois as informações que chegam através dos diversos meios de comunicação exigem um professor constantemente atualizado, capaz de orientar na observação, na descrição, na análise e interpretação dos dados e fatos, e na sua representação, numa perspectiva de (re)significação de novos saberes e produção do conhecimento escolar.

Considera-se que, para o aluno, o acesso à pesquisa no ambiente escolar pode proporcionar a ele sua iniciação como pesquisador, descobrindo suas potencialidades, as quais servirão para a produção do seu conhecimento geográfico e como base para o seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

Nesse sentido, o ensino da Geografia tem a responsabilidade de oportunizar ao aluno diversas possibilidades interpretativas do espaço geográfico, para nele interagir criticamente, entendendo e relacionando as especialidades da Geografia, nos aspectos que concernem:

- **à análise geográfica** partindo de temas e/ou lugares numa discussão que articule as questões da natureza e da sociedade. Exemplo: o fenômeno urbano, a demografia, o êxodo rural, a saúde, a economia, a globalização, a geopolítica, a cultura, os movimentos sociais; fenômenos da natureza: como a hidrografia, o clima, a vegetação, o relevo, solos e ecossistemas;
- **à representação** do mundo e dos diversos lugares, por meio de mapas temáticos, iconografia, maquetes e plantas, tendo presentes a legenda, a escala e a orientação, levando-se em conta ainda o tratamento das informações geográficas e as novas tecnologias;
- ao uso da **cartografia sistemática**: a astronomia, coordenadas geográficas, fusos horários, escalas e sistemas de informações geográficas – SIG.

Caberá ao professor encaminhar as diversas inter-relações entre os conteúdos pertinentes à Geografia, os saberes dos alunos e os conhecimentos produzidos pela humanidade. Cumpre enfatizar que todas as questões do nosso mundo podem ser analisadas na perspectiva geográfica, isto porque o espaço deve ser compreendido como dimensão da vida social, conforme está explicitado nos pressupostos deste documento de Diretriz.

No planejamento a ser realizado pelo professor, algumas premissas são de fundamental importância: a necessidade de conhecer a disciplina em seus aspectos teórico-metodológicos, tendo o domínio conceitual; a dimensão pedagógica do seu fazer profissional; a referência a Diretriz Curricular de Geografia; necessidade de conhecer os documentos oficiais, dentre os quais

destaca-se o Projeto Político-Pedagógico e considerar o contexto onde se insere a escola. Para tanto é necessário que o professor reconheça:

- que o **livro didático** pode ser utilizado enquanto referencial de consulta para o aluno e para o professor, porém sem esquecer que este material é produzido no interior de um concorrente e lucrativo mercado editorial, com um número de páginas limitado, e desde sua produção até a sua distribuição muitas informações/conteúdos já estão defasados. Outro ponto relevante é o fato de não ser uma boa indicação para o tratamento de questões referentes às escalas local/regional, exatamente pela abrangência do referido mercado. Por outro lado, não se pode esquecer que o livro didático, às vezes, é o único livro que passa pelas mãos do aluno e por isso tem um significado que o professor deve considerar. O livro didático poderia ser usado então como fonte para a pesquisa, podendo se trabalhar na sala de aula com diversos livros, cada um lendo um autor diferente sobre o mesmo tema, o que ampliará as possibilidades de discussão;
- a **análise e a discussão** dos conteúdos contextualizados e não sua memorização, o que pode ser alcançado, inclusive, considerando-se a referência ao livro didático feita acima;
- que deve haver sempre a possibilidade de **inserção do inesperado**, ou seja, de inserir temas não previstos que ganham relevância em razão de algum fato inusitado (atentados terroristas, desastres naturais, guerras, copa do mundo, olimpíadas, viagens espaciais etc.) e que são motivadores do aprendizado em função da massificação dos meios de comunicação. Esses temas despertam interesse por parte dos alunos, e precisam de explicação por parte do professor, superando uma leitura apenas informativa do fato;
- a importância das **aulas de campo**, desde aquela ao redor da escola, até outras de maior distância, pois a compreensão da realidade será mais completa quanto maior for o contato do aluno com a concretude do real, o que lhe permitirá perceber a complexidade do mundo;
- a **utilização das diferentes linguagens tecnológicas e recursos pedagógicos** como: projetor de slides, laboratório de informática, mapas,

globos, TV, vídeo ou DVD, produção de maquetes e cartogramas, para a apreensão dos conceitos relativos à cartografia e à representação, a fim de proporcionar aos alunos aulas dinâmicas, criativas e atraentes de acordo com a realidade da escola e da comunidade em questão;

- o **trabalho lúdico** como R.P.G., Batalha naval, Busca ao tesouro, Quem é o vizinho?, Disco voador, Banho de papel, entre outros, que favoreçam o raciocínio espacial e garantam maior dinamismo e interação durante as aulas.

Tais apontamentos têm exigido dos profissionais comprometidos com o ensino, respostas, mesmo que parciais, que contribuam para a compreensão das transformações que ocorrem no mundo em toda a sua complexidade. A escola é um dos locais privilegiados onde alunos e professores problematizam as implicações e as possibilidades de inferências, individuais ou coletivas, diante da realidade de um mundo que marcadamente atinge a todos pelas incertezas e contradições.

## 5 PALAVRAS FINAIS

Pelo conjunto de idéias apresentadas, pode-se considerar que a educação geográfica possui uma singularidade no Ensino Fundamental, sobretudo em decorrência da alteração da própria realidade, profundamente marcada por novas territorialidades e a produção/reorganização de espaços, o que está a exigir explicações sobre ela. Daí decorre a necessidade de, um lado, trazer para os conteúdos curriculares escolares os avanços da ciência, e de outro a atenção com a formação inicial e continuada dos professores.

Cumprir destacar que esta Diretriz é aqui entendida como norteadora da ação e não como aprisionamento para o ensino da Geografia na rede pública estadual, portanto não deve ser percebida pela escola como um documento meramente burocrático e impositivo. Nesse sentido, permite ao professor incorporar o cotidiano de seus alunos no planejamento escolar.

Para fazer a leitura do espaço e propiciar a seus alunos condições de fazer a leitura do mundo da vida, é necessário transitar entre diferentes escalas

espaciais da realidade, desde o cotidiano, expresso no âmbito do local, até o global, além de inúmeras mediações possíveis, sobretudo a regional e nacional. Para tanto, o professor deverá lançar mão de todas as ferramentas necessárias, desde as do plano instrumental, até as do plano conceitual, ora reinserindo noções pertinentes de escala, representação, localização, dentre outras, ora inserindo novos conceitos, passando pela legitimação da comunidade acadêmica, de modo a não se correr o risco de enveredar por modismos ou noções não fundamentadas que, por vezes, são insistentemente veiculadas pelos meios de comunicação e corporações (econômicas, político-partidárias, religiosas, científicas, de classes, etc).

A Geografia, por sua própria epistemologia, caracterizada pela relação entre fenômenos físicos e humanos, ou entre a sociedade e natureza, também contribui na escola para a construção da interdisciplinaridade, consolidando sua especificidade, ou seja, que ela própria se constitui a partir de grande diversidade temática interna, tendo sempre o espaço geográfico como eixo central.

Além de trabalhar os conteúdos que historicamente fazem parte da ciência geográfica, a Geografia escolar deve estar aberta e sintonizada com as transformações do mundo e acrescentar, sempre que pertinente e relevante, temas emergentes ou que, em função da rapidez das comunicações, inserem-se na vida do aluno, uma vez que a Geografia pode contribuir com explicações significativas para o entendimento de tais transformações.

A formação contínua do professor considerando todos os aspectos que lhe são inerentes, coloca-se como condição indispensável para a implementação das mudanças necessárias, bem como de políticas públicas de valorização do professor e que assegurem os investimentos necessários à Educação de qualidade.

O mundo, a escola e a Geografia são dinâmicos e esta proposição de Diretriz Curricular tem como provocação considerar esse movimento e a velocidade das mudanças no meio técnico-científico-informacional. Cabe agora aos professores fazer uso deste documento, levando em conta essa dinamicidade e a urgência, juntamente com seus alunos, de reconhecer a identidade e pertencimento ao mundo em que vivemos. A leitura do espaço preconizada pela

Geografia escolar pode ser um dos instrumentos de efetivação do ensino e da aprendizagem eficaz para a formação e exercício da vida cidadã.

**Eis o desafio !!!**

## 6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel C. **Globalização & geografia**. Recife: Ed. da UFPE, 1996, p.13-33.

ANTUNES, Aracy; MENANDRO, Helena F; PAGANELLI, Tomoko. (orgs.). **Estudos sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro, RJ: Acess Editora, 1993.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

CALLAI, H. C. A. A geografia e a escola: muda a geografia? muda o ensino? **Terra Livre**, São Paulo, n.16, p. 133-152, 2001.

\_\_\_\_\_. **A formação do profissional da geografia**. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

CARLOS, Ana Fani A. A geografia brasileira hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, vol. 1, n.18, p. 161-178, 2002.

CARVALHO, A. L. P. A relação entre conteúdo acadêmico e conteúdo escolar no ensino da geografia (algumas considerações sobre). **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n.5, p. 73-79, 2000.

CANALI, N. E. Geografia ambiental: desafios epistemológicos. In: MENDONÇA, F. e KOZEL, S. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002, p. 165-185.

CASTROGIOVANNI, A. (org). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CASSETI, V. A natureza e o espaço geográfico. In: MENDONÇA, F. e KOZEL, S. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002, p. 145-163.

CAVALCANTI, L. de S. Geografia e educação no cenário do pensamento complexo e interdisciplinar. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, Ed. da UFG, v. 22 n.2, p. 123-136, 2002.

CLAVAL, Paul O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, ano 1, n. 2, p. 7-26, 1999.

DINIZ FILHO, L.L. Certa má herança marxista: elementos para repensar a Geografia Crítica. In: MENDONÇA, F. e KOZEL, S. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002, p. 77-107.

FIGHERA, D.T. As mudanças de nosso tempo e o ensino da geografia. **GeoSul**, Florianópolis, Ed. da UFSC, v. 17, n. 34, p. 25-38, 2002.

GÓMEZ, A. I. P. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LEMOS, A. I. G. de. Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. **GeoUsp**, São Paulo, n.5, 1999.

MACHADO, Maria H. F. Urbanização e sustentabilidade ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, ANPUR, ano 2, n. 3, p. 81-95, 2000.

MARTINELLI, Marcelo A cartografia escolar na abordagem temática da geografia. **Boletim de Geografia**, Maringá, UEM, ano 19, n. 2, p. 7-17, 2001.

MENDONÇA, F. Geografia socio-ambiental. In: MENDONÇA, F. e KOZEL, S. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**, Curitiba: Ed. da UFPR, 2002, p. 121-144.

MORAES, Antônio C. R. Geografia e ideologia nos currículos do 1º grau. In: BARRETO, E. S. de S. (org.) **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas/São Paulo: Autores Associados/Fundação Carlos Chagas, 1998, p. 163-192. Texto elaborado para a Secretaria de Estado da Educação.

MOREIRA, Antônio F.B. **Algumas reflexões sobre a escola e o conhecimento escolar**. [s.l.]: Universidade Católica de Petrópolis/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

NICOLESCU, Basarab **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999, p. 42-49.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia e ensino: os parâmetros curriculares nacionais em discussão. In: OLIVEIRA, A. U. e CARLOS, A. F. A. (orgs.) **Reformas no mundo da educação, parâmetros curriculares e geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 43-67.

OLIVEIRA, L. de. Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. In: MENDONÇA, F. e KOZEL, S. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**, Curitiba: Ed. da UFPR, 2002, p. 189-196.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares do ensino fundamental**: Versão preliminar. Curitiba, 2004.

PEREIRA, D. Paisagens, lugares e espaços: a geografia no ensino básico. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 79, p. 9-21, 2003.

PONTUSCHKA, N.N. Reflexões sobre a presença da geografia no ensino médio. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, ano 7, n. 1, p. 63-78, 1998.

RUA, João; WASZKIIVICUS, Fernando A.; TANNURI, Maria R. P.; PÓVOA NETO, Helion. **Para ensinar Geografia**: contribuição para o trabalho com 1º e 2º graus. Rio de Janeiro: ACESS, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000, p. 17-49.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.17-36.

SOUSA NETO, N. F. de. Oito crônicas para a geografia que se ensina. **Ciência Geográfica**, Bauru, VI, v. III, n. 17, p. 32-37, 2000.

STRAFORINI, Rafael. A totalidade mundo nas primeiras séries do ensino fundamental: um desafio a ser enfrentado. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, v. 1, n. 18, p. 95-114, 2002.

SPOSITO, Eliseu S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na geografia contemporânea. **Terra Livre**, São Paulo, n.16, p. 99-112, 2001.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino de geografia: pontos e contrapontos para uma análise. In: OLIVEIRA, A. U. e CARLOS, A. F. A.



(orgs.) **Reformas no mundo da educação, parâmetros curriculares e geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 19-34.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Geografia física (?) geografia ambiental (?) geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, F. e KOZEL, S. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002, p. 111-119.

## 6.1 SÍTIO REFERENCIADO

<http://www.igu-net.org>

## 6.2 SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS POR TEMAS

6.2.1 Cartografia escolar e alfabetização cartográfica nas séries iniciais do ensino fundamental

ALMEIDA, R.D. **Do desenho ao mapa**. São Paulo: Contexto, 2001.

ALMEIDA, R.D e PASSINI, E.Y. **Espaço geográfico: ensino e representação**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

KOZEL, S e FILIZOLA, R. **Didática de geografia: memórias da Terra, o espaço vivido**. São Paulo: FTD, 1996.

PASSINI, E.Y. **Alfabetização cartográfica e o livro didático: uma análise crítica**. Belo Horizonte: Lê, 1994.

\_\_\_\_\_. As representações gráficas e sua importância para a formação do cidadão. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p. 17-25, 1997.

PEREIRA, D. Paisagens, lugares e espaços: a geografia no ensino básico. **Boletim Paulista de Geografia**, n.79, p. 09-21, 2003.

### 6.2.2 Geografia do Paraná

CAMARGO, J. B. **Geografia física, humana e econômica do Paraná**. 3.ed. Maringá: Boaventura, 1999.

CIGOLINI, A.; MELLO, L.; LOPES, N. **Geografia do Paraná: quadro natural, transformações territoriais e economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

SCORTEGAGNA, Adalberto; RESENDE, Cláudio J.; TRICHES, Rita I. (orgs.). **Paraná: espaço e memória**. Curitiba: Bagozzi, 2005.

PALHARES, J. M. **Paraná: aspectos da geografia**. 3.ed. Foz do Iguaçu: Grasmil, 2004.

TUMA, M. M. P. **Viver é descobrir – história-geografia: Paraná**. São Paulo: FTD, 1992.

### 6.2.3 Regiões paranaenses

BIGARELLA, J. J. **Matinhos: homem e terra – reminiscências...** Matinhos: PMM/ADEA, 1991.

DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

DITZEL, C. H. M.; LÖWEN SAHR, C. L. (orgs.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

FRESCA, T. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LIMA, R. E. **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná**. Curitiba: UFPR, 1998.

ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (orgs.) **Metrópole - grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.

WACHOWICZ, R. C. **Norte velho, norte pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.

\_\_\_\_\_. **Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

\_\_\_\_\_. **Paraná sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Vicentina, 1987.

